



Juventude Comunista Avançando

WWW.CCLCP.ORG/JCA - JCA@CCLCP.ORG

Contribuição da Juventude Avançando para o 12 CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base) da UNE - 17 e 20 de janeiro de 2009, em Salvador, Bahia.

A SERVIÇO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ASSIM DEVE SER A UNIVERSIDADE POPULAR!

Na defesa da universidade como patrimônio público, onde devem se desenvolver as potencialidades humanas de um povo para resolução de seus problemas, é que a Juventude Avançando traz um pouco de sua compreensão de que a universidade deve ser um campo de produção de conhecimento crítico, criador e popular.

O Brasil no contexto do capital - Em que isso afeta os estudantes?

A tão propalada crise financeira nada mais é do que um reflexo da crise estrutural que o sistema capitalista está enfrentando, pela condição de sua produção ampliada se aproximar de seus limites históricos e sistêmicos, restringindo ainda mais o deslocamento de suas contradições. Os reflexos e conseqüências serão cortes nos direitos dos trabalhadores, maior desemprego, isenção e transferência de recursos a grandes empresas. Portanto, aumento da miséria de nosso povo. Por isso, para entendermos a atual situação do nosso País, devemos partir de uma compreensão que vá para além de uma análise pontual sobre as atitudes do atual governo. É necessário compreender a totalidade do jogo de poder instituído, as tendências históricas que se apresentam, e as suas relações com o governo.

A crise que começou no coração do império afetará todos os países do mundo, incluindo o Brasil. A diminuição da capacidade de realização das mercadorias na esfera do consumo já leva a demissões em massa (Vale do Rio Doce já demitiu 1300 trabalhadores em dezembro), transferência de recursos (“estatização” dos prejuízos, como na “compra” do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil), e a promessa de mais retirada de direitos já fazem parte de nossa realidade. O governo Lula manteve a mesma estrutura de dominação e aprofundou as políticas anti-nacionais e anti-populares dos governos anteriores, visto que permanece uma realidade conhecida a décadas – e porque não dizer a séculos – em nosso país, onde as condições humanas e ambientais se deterioram em função dos lucros e desejos mesquinhos de uma minoria.

No que diz respeito às questões ambientais em nosso país, se aprofunda a nossa condição de dependência. É muito preocupante o último acordo de Lula com Bush para a produção do Etanol (biocombustível) através da cana de açúcar. Além de ameaçar o meio ambiente com a prática da monocultura, a produção da cana de açúcar baseia-se principalmente num trabalho em condições deploráveis e salários de fome. A disputa que devemos travar também diz respeito à política agrária, que favorecendo o latifúndio, hoje ela se volta para os desertos verdes (monocultura), a plantação de transgênicos, visando principalmente a exportação e a concentração de terras. Com relação à Amazônia, que ocupa 60% do território brasileiro, houve em setembro de 2007 uma lei de concessão de florestas públicas que permitirá que grandes empresas, nacionais ou estrangeiras, tenham o controle por 40 anos de um milhão de hectares de florestas.

Junto a tudo isso, temos as novas reservas de petróleo que foram descobertas e podem colocar o Brasil como a 3ª maior reserva de petróleo do mundo. No entanto, estão

ocorrendo leilões dos poços em benefício do capital financeiro internacional. Em contrapartida, sindicatos e movimentos sociais estão lançando a campanha “O Petróleo tem que ser Nosso”, dizendo que esse importante recurso deve servir para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo. É fundamental que todas as entidades estudantis, em especial a UNE, se somem a essa campanha, não ficando omissa, o que atesta sua cumplicidade frente às políticas imperialistas, muito diferentes dos tempos de “O Petróleo é Nosso”.

A desastrosa ofensiva do capital também tem produzido efeitos de completa insanidade e desrespeito aos direitos humanos. Recentemente, o presidente Lula aprovou um acordo com Uribe, presidente da Colômbia, para a produção e venda de armas. Além disso, o envio de tropas brasileiras para o Haiti atesta uma política totalmente submissa a interesses militaristas estrangeiros, que não está interessada nem na soberania do Brasil e da América Latina e nem na paz mundial.

Diferente de outros países da América Latina, o Brasil vive o inverso das lutas populares que estão possibilitando nacionalizações de bens naturais, enfrentamento ao imperialismo, bem como melhorias substanciais na qualidade de vida do povo. Venezuela, Bolívia, Equador e Cuba, além de buscarem construir uma alternativa para realizar uma efetiva integração dos povos (ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas), potencializam a organização popular nacionalizando reservas naturais que são patrimônios públicos de seus povos, promovem a moratória da Dívida Externa, ou “eterna”, (como no caso recente do Equador) e prestam solidariedade real aos povos em luta do mundo. Bolívia, foi no dia 16 de Dezembro, declarado território livre do analfabetismo, com a solidariedade incondicional e seguindo o exemplo de Cuba e Venezuela. Há pouco tempo, também não víamos uma nação prestar verdadeira solidariedade a um povo que está sendo dizimado, como fez Hugo Chavez na Venezuela ao povo palestino. Enfrenta-se o imperialismo autonomamente exigindo a soberania dos povos. Mas no Brasil o que vemos são raízes profundas de dependência, de privatizações e de falta de prioridades na resolução das necessidades do povo. Raízes que teimam em não serem rompidas, graças à insistência e subordinação das débeis elites egoístas desse país, que reciclam seu poder autocrático com total conivência aos interesses do império do norte.

Esse ano, também já sentimos o corte na área da educação, ciência e tecnologia, de mais de 2 bilhões de reais. Isso no ano em que o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) promete expandir vigorosamente as vagas públicas. E ainda há aqueles que acreditam no bom censo da disputa deste projeto (mais à frente discutiremos a sua essência).

Há, sem dúvida nenhuma, neste espaço - onde a produção de ciência e tecnologia deveria ser de base comum -, necessidades que o torna estratégico tanto àqueles que desejam uma maior expansão desse sistema moribundo, à custa da perpetuação da miséria e da exploração do homem, quanto para o desenvolvimento de contribuições criadoras, decisivas para um projeto de controle dos meios de produção por aqueles que produzem as riquezas: os trabalhadores.

Nessa disputa, notamos que a transferência de conhecimento para o setor privado é evidente nos últimos tempos. É impressionante o quanto a universidade tem se voltado para os grandes monopólios internacionais e nacionais, e latifúndios, transferindo o “Know-How”, ciência e tecnologia ao setor privado. Essa inversão de prioridades se dá principalmente pela criação das Fundações “didas” de Apoio, da apropriação indevida de conhecimento privado a partir de leis, de criação de cursos exigidos pelo mercado (monopólios e latifúndios). Isso sem falar nos escândalos de corrupção que foram ouvidos nos últimos tempos em nosso país (vale lembrar a luta estudantil que derrubou o ex-reitor da UnB, Timothy Mulholland).

A soberania de um povo somente se dá pelo controle técnico e científico dos meios

de produção. Dá-se pelo radicalismo intelectual a que nossos pensadores têm de estar condicionados, colocando em primeiro plano a propulsão da crítica inovadora. Dá-se no rompimento dos muros de “fora para dentro” pelos movimentos sociais, operários, camponeses, movimentos populares, colocando na ordem do dia outra agenda que não a do lucro fácil e pessoal.

Para tanto é necessário compreender as estratégias que o capital impõe na destruição da universidade como campo do saber novo e crítico.

Universidade brasileira sob ataque cerrado da mercantilização

A educação já passou por vários fóruns que buscavam colocá-la como uma peça de troca capitalista, ou seja, considerá-la como uma mercadoria a ser explorada. Compreendendo a gravidade de tal situação, pois qualquer mercadoria tem em sua primeira intenção a geração de lucro e de exploração brutal de quem a produz, a luta contrária a essa compreensão deve ser unificada e intransigente. A educação deve ser PÚBLICA, GRATUITA, CRÍTICA, CRIADORA E POPULAR. Deve incentivar a emancipação humana, elevando em primeiro lugar a potencialidade da construção de conhecimento coletivo.

Mas como todos os graus educativos, o dito “ensino superior” tem se encontrado em uma encruzilhada. Impor uma virada a essa tendência é uma tarefa que somente o movimento organizado dos estudantes, professores, técnicos administrativos e movimentos sociais tem o poder de assumir.

Se já lutamos por uma reforma universitária que alterasse substancialmente os objetivos definidos pelo capital, se lutamos pela volta da democracia, pela derrubada de um presidente, ou pela derrubada do projeto da ALCA, não podemos dizer o mesmo dos dias que correm. Hoje, o movimento estudantil, em geral, está dormente e afastado dos movimentos mais combativos.

Da “reforma consentida” da ditadura militar de 1968 até os governos ditos democráticos, muitos ataques forma impostos. Mas a resistência sempre foi enorme, e por incrível que pareça mobilizou em conjunto uma parcela muito grande de professores, técnicos e estudantes. O governo de Lula se amparou nesses movimentos para se eleger, mas hoje, contraditória e sistematicamente, consegue impor toda a agenda que o imperialismo e os monopólios buscam para a educação na América Latina, coisa que não lograram fazer de maneira íntegra no governo de FHC, devido à feroz resistência popular. Em partes o movimento conseguiu construir um Plano Nacional de Educação (PNE), derrubar o projeto de Autonomia Financeira de Paulo Renato (que permitiria cobrança de mensalidades nas públicas), e apoiar greves de grande envergadura que garantiram algumas vitórias aos trabalhadores da educação. Mas isso tem sido insuficiente.

Desde o começo do Governo Lula, mais especificamente em 2003, o anúncio da boa vontade de se realizar uma reforma no sistema universitário brasileiro levou muita gente a acreditar que o mesmo construiria as bases para a “Nova” Universidade. Democracia interna, voto direto para reitor, fim do vestibular, mais verbas para a educação, aproximação da universidade com os Movimentos Sociais, estatização de universidades privadas, contratação de professores e técnicos, universalização das vagas nas universidades públicas; acreditava-se que essas e muitas outras demandas do movimento universitário seriam supridas, na busca de canais de diálogo entre movimentos sociais e governo.

A direção da UNE se colocou como “construtora” de tal projeto que na prática não ouviu nenhum setor que não fosse “lucrar nesse negócio”. As quatro versões do projeto da Contra-Reforma Universitária até hoje não foram aprovadas em conjunto, impondo ao

governo a tática de fatiá-las, seja por decretos, projetos de Lei, ou medidas provisórias. Vejam alguns exemplos, talvez os piores que encontramos:

- Programa Universidade Para Todos (PROUNI): o que ocorreu foi a simples sujeição deste governo a todas as demandas das praticamente “falidas” universidades privadas, com a isenção de muitos impostos (estima-se que em torno de R\$ 2,0 bilhões/ano – 1/3 do orçamento de todas instituições federais de ensino superior) em troca de algumas vagas já ociosas (cerca de 1/3 do total de vagas) em universidades que foram criadas na época de FHC. Possibilitam aos donos dessas “empresas”, então, além de uma bilionária transferência de recursos públicos (isenção é transferência, ou por acaso o Estado vive de doações?), mais alunos que possam pagar pelo menos uma porcentagem, já que beneficiados parcialmente. Isso porque as bolsas do PROUNI integrais estão diminuindo progressivamente, e em alguns casos apenas substituídas por outras bolsas que a universidade já oferecia. Mas já na época de sua aprovação, os reitores (através da Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) já diziam que os mesmos recursos “transferidos” poderiam criar o triplo de vagas nas universidades públicas. E viva a farra do dinheiro público. Enquanto isso, a UNE segue defendendo a “regulamentação” do ensino privado, nada mais que um eufemismo para dizer que apóia a existência deste. Nossa bandeira deve ser a estatização dessas universidades!

- Ensino à Distância: a criação do programa Universidade Aberta – Ensino à Distância – possibilitou a proliferação de cursos de nível superior, criados sem um mínimo de regulamentação. Nas universidades públicas podemos contar com a criação de 100 mil vagas no país inteiro. O resultado não poderia ser pior: graduandos dão aulas a esses alunos (professores para orientação são raros), conselhos profissionais não reconhecem esses diplomas (Ex: Conselho de Biologia). A farra de criação desses cursos já atingiu o mercado interessado das pagas, chegando ao cúmulo de transformarem praticamente todos seus cursos de licenciatura no sistema referenciado, oferecendo-os como se fosse um “supermercado da qualificação profissional”.

- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): a extinção do provão vinda da demanda dos movimentos que repudiaram essa avaliação parecia uma luz no fim do túnel, quando surge, como por mágica, o SINAES. Em moldes que pareciam permitir um processo avaliativo diferente, levando em conta estrutura, quadro docente, auto-avaliação, etc, o que vingou, ao final, foi a ressurreição do provão, o ENADE. Em moldes de ranqueamento similares, as “universidades de fundo de quintal” oferecem cursinhos preparatórios e garantem seu quinhão no mercado(!).

- Lei de Inovação Tecnológica e o Decreto das Fundações: são talvez os casos mais escandalosos. O primeiro por desconfigurar o trabalho docente, incentivando os professores (que já são poucos com dedicação exclusiva) a se tornarem “empreendedores”, além de impor a agenda de prioridades empresariais na produção científica e privatizar, para posterior comercialização, o conhecimento produzido na universidade. Tudo isso financiado pela instituição pública, que disponibiliza seus recursos físicos e humanos para o mercado. O segundo objetiva “legalizar” a escandalosa PRIVATIZAÇÃO dos projetos e recursos públicos. As fundações foram criadas com o argumento de que facilitariam a captação e gerenciamento de recursos. Mas há várias contradições: cerca de 80% dos recursos que passam por essas “empresas” são públicos, a terceirização corre solta e o que é mais evidente nos últimos tempos: a corrupção desenfreada, que gera escândalos em “TODAS” as fundações “ditas” de apoio que atuam em nosso país.

- O REUNI: é a bola da vez. Aprovado por todos os Conselhos Universitários das Federais brasileiras de forma “truculenta” (a polícia atuou de forma exemplar. Quando não estava presente, a diretoria da UNE executava seu papel de segurança dos interesses do governo), este projeto promete aumentar as vagas nas universidades públicas em mais

de 20%. Em troca, é claro, surge a idéia de bacharelados rápidos (ciclos básicos, reivindicados pela UJS e que já demonstrou toda a sua ineficiência na ditadura), salas abarrotadas (100, 200 ou à distância), e aprovação automática. Pela quantidade de cursos criados na calada da noite em várias universidades, a contratação de professores e técnicos, o investimento em infra-estrutura e aumento nos direitos estudantis era pra ser uma realidade.

Se os recursos do orçamento do ano de 2009 já foram cortados na área da educação, alguém que não tenha rabo preso com o governo tem alguma ilusão que isso possa acontecer?

O papel do ME nessa mudança de rumo

Saibamos uma coisa: a UNE hoje não fala em nosso nome. Não organiza o ME e não tem a mínima inserção no movimento real. Mas qual é a saída para a reconstrução de um ME combativo e de luta?

A resposta não virá das estruturas. Por mais que se queira como que por um toque de mágica, se criar um novo que seja artificial, estaremos fadados a reproduzirmos o velho. Portanto, não será nem na disputa meramente formal dos espaços da UNE, através de conchavos para cargos na diretoria, nem a criação de novas estruturas para satisfazer os anseios de uma suposta “vanguarda” que darão conta do recado. O essencial é a construção de um movimento que, “de baixo para cima”, mobilize a categoria estudantil, que tantas histórias de luta já construiu. É o MOVIMENTO REAL que irá reivindicar a entidade estudantil nacional de luta, combativa e autônoma, ligada aos anseios de nosso povo. Para isso temos muito trabalho a fazer.

O movimento estudantil já fora protagonista de inúmeras lutas nacionais. Em um primeiro momento, já se inseriu na luta contra a escravidão, no século XIX. Após a fundação da UNE em 1938 ganhou corpo, engajando-se em campanhas contra o Nazi-Fascismo na década de 40, reivindicando o petróleo ao povo como garantia de sua soberania, pela Reforma Universitária na década de 60 (quando a autonomia e a combatividade eram presentes), contra a Ditadura Civil-Militar, pela redemocratização, contra a ALCA e pelo impeachment de Collor. Na universidade fora responsável pela concretização dos direitos estudantis que temos hoje (bandejões, moradias estudantis, bolsas), brigou pela paridade nos órgãos colegiados (Greve do “um terço”, em 1962), por mais verbas para educação e pela garantia de sua condição pública e gratuita.

Como qualquer entidade, já passou por diversas “fases negras”. O conservadorismo da UDN dirigiu a entidade, assim como nos períodos em que foi posta na ilegalidade (ditadura civil militar), com perseguições a dirigentes e demolição de sua sede. Hoje passa por mais uma “fase negra”, onde o aparelhamento partidário sentencia a sobrevivência da entidade a partir da burocratização e despolitização de seus congressos, e de sua ligação umbilical com os grandes monopólios da educação e com o governo federal, o que a obriga a ser mais um braço de defesa desses interesses antinacionais.

As condições objetivas levaram esta entidade de volta para a luta em outras ocasiões. Hoje, mais do que nunca, ela deverá voltar para o lado da combatividade. O movimento real está exposto diariamente nas universidades. A disputa interna da universidade, na luta contra a privatização, por democracia interna, tem levado muitos estudantes a se manifestarem duramente nos últimos tempos, em ocupações de reitoria e diversas outras formas de mobilização. Na UFSC a conquista de uma bolsa vinculada à área de estudo (Bolsa Permanência) em contraposição à bolsa trabalho, além de sucessivos aumentos no seu valor, também exemplifica essa mobilização. Por outro lado, a UNE em nada tem contribuído. Exemplo disso, em 2008, foi a *Caravana da Saúde, Educação e Cultura da UNE* que teve pouquíssimo poder de mobilização: atividades

esvaziadas, sem debates nem encaminhamentos políticos, em alguns casos até criando a repulsa de estudantes.

Mas sabemos que temos um longo caminho pela frente, a necessidade de reorganização do ME é crucial para a universidade. Para isso, a luta passará pelas salas de aula, pela disputa de projetos de pesquisa e extensão, pela disputa nas entidades estudantis e quaisquer outros espaços que reúnam estudantes. Os congressos da UNE, os espaços chamados pela CONLUTE, a Frente de Luta Contra Reforma Universitária, e as Executivas de Curso são eventos em que a política de reconstrução elevará mais um tijolo na reorganização.

Mesmo se mostrando um espaço que tem se afastado progressivamente das pautas do movimento estudantil, a UNE e sua congênere no estado de Santa Catarina, a União Catarinense dos Estudantes (UCE) ainda reúnem estudantes em seus raros conselhos e congressos.

Um exemplo cabal e muito recente do aparelhamento dos grupos políticos majoritariamente inseridos nessas entidades e de sua política reacionária, foi o apoio dado pela diretoria da UCE ao candidato à prefeitura de Florianópolis Esperidião Amim. A mesma União Catarinense dos Estudantes que foi uma das protagonistas na luta contra a ditadura militar agora cumpre o vergonhoso papel de apoiar para prefeito de Florianópolis, nada mais, nada menos, que alguém que já foi prefeito biônico da ditadura nesta mesma cidade.

No entanto, desse mesmo estado (SC) vale um exemplo que pode nos clarear um pouco o caminho a seguir, frente à ofuscação causada por tanto oportunismo e fragmentação da esquerda no Brasil. No último Congresso da UCE, em 2007, o 33º CONUCE, foi construída uma articulação entre alguns estudantes críticos ao que se tem apresentado por essa entidade, atentos ao real conteúdo de reforma universitária e dispostos, sobretudo, a lutar por uma universidade construída pelo e para o povo brasileiro. Estudantes de 12 universidades, (UFSC, UDESC, UNESC, UNOESC, FURB, UNISUL, UNIVALI-São José, UNIVALI-Itajaí, USJ, UNIPLAC, UNC e CESUSC) utilizaram o espaço para articulação do que pode ser o embrião de um novo movimento estudantil em SC, crítico, combativo e partindo das bases. Essa articulação resultou na criação do *Coletivo Pela Reestatização do Sistema Acafe*¹, que já tem feito reuniões e debatido a importância dessa bandeira para a reorganização do movimento a nível estadual. A expectativa é de aumentar a mobilização para o próximo CONUCE em 2009, criando uma identidade dos estudantes pela reestatização do Sistema Acafe e retomando o protagonismo do movimento estudantil no estado na luta pela educação pública e gratuita.

* * *

Hoje, infelizmente, não há uma referência nacional para os estudantes. Para construir um movimento devem ser respeitadas suas instâncias e sua dinâmica, para que forje espaços que unifique e aprofunde as lutas. Algumas iniciativas têm sido tomadas nesse sentido, como o Fórum Nacional de Executivas (FENEX), onde é colocada a necessidade de unificação das executivas em torno de questões ligadas diretamente a base dos estudantes.

Não há possibilidades de criar uma nova entidade apenas para responder aos anseios de vanguarda, seria apenas repetir os atuais vícios, enquanto a massa estudantil

¹ A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), criada em 1974, é constituída por 15 universidades criadas por decreto municipal ou estadual, através de financiamento público. Contudo, a maioria destas universidades com o tempo foi se transformando em pública de direito privado. Neste processo, os estudantes começaram a pagar taxas simbólicas, depois baixas mensalidades e hoje o abuso de vai de uma média R\$400,00 a 3 mil reais por mês, de acordo com o curso. Cerca de trinta mil alunos que integram o Sistema ACAFE estão com mensalidades atrasadas, e o índice de inadimplência chega à taxa de 20% durante o semestre.

não sente a necessidade de uma entidade que dê respostas às lutas cotidianas. Não se pode separar a forma de organização da estratégia e das táticas de atuação.

Retomar a legitimidade das entidades de base e a formação deve ser a prioridade. A unidade na ação também é fundamental, e voltar a pautar a disputa da hegemonia dentro da Universidade e o papel que essa cumpre na sociedade é parte constitutiva dessa unidade. Os desafios de reconstrução serão superados conforme o programa avance para além das lutas imediatas em respostas aos ataques à educação. O conteúdo dessas lutas deve ser necessariamente em direção à construção de uma universidade crítica ao capitalismo e criadora de ciência e tecnologia a serviço da transformação da sociedade e da emancipação e humanização do ser humano.

Universidade para o povo

Há diversas compreensões sobre o que seria uma Universidade Popular. Há os que acreditam que as cotas já popularizariam essa instituição. Outros, que o incentivo a mais projetos de extensão já aproximariam o ambiente universitário do povo. Para a UJS a compreensão é contraditória: o desenvolvimento da burguesia nacional possibilitaria a inserção do povo explorado, ao abrir mais vagas. A velha compreensão do aumento do bolo e sua proporcional divisão. Mediante os exemplos históricos, que evidenciam a falácia do “desenvolvimento nacional”, pois somos dependentes e associados ao velho imperialismo, compreendemos que a luta se dá pela alteração substancial da realidade social e sua transformação sistêmica. Construir um ambiente que possibilite o conhecimento novo e crítico, a serviço da emancipação dos trabalhadores do campo e da cidade é o desafio.

É absolutamente impossível, hoje, almejar a construção de uma Universidade Popular sem ter uma política muito clara de combate a essa contra-reforma da universidade. São questões antagônicas e inconciliáveis. Para construir esse novo projeto, devemos estar absolutamente conscientes e precisamos ter a coragem de romper completamente com a ordem educacional vigente.

Num universo em que o ensino livresco, elitista e distante da realidade da maioria de nosso povo, a universidade necessita da aproximação e inserção das demandas que os setores explorados de nossa sociedade sentem. É pelo caminho da transformação “de fora pra dentro” que podemos incorporar os setores majoritários de nosso povo, porém excluídos de um projeto de educação progressista.

Exemplos mundo a fora não nos faltam. Desde a Universidade Cubana, destacada em áreas como a Medicina, Pedagogia, Economia, onde, por exemplo, não existe a compreensão de que a “extensão universitária” seja algo a parte na academia, portanto não existindo está definição. Para eles, pesquisa e ensino são **indissociáveis** da contribuição e necessidades do povo e suas organizações populares, exigindo uma atividade crítica e criadora coletiva de alta qualidade para a edificação de uma nação socialista que enfrenta dificuldades diárias. E mesmo diante dessas dificuldades a solidariedade internacionalista é posta em prática, a partir da formação de médicos e demais profissionais humanistas de vários países irmãos da América Latina. Exigem apenas que os mesmos possam contribuir com seus conhecimentos práticos para seus povos.

Na Venezuela vemos o nascimento de uma nova concepção de Universidade, com a criação da Universidade Bolivariana. A formação de profissionais em diversas áreas exigidas para a organização do poder popular nascente eleva essa experiência, como um suspiro diante da privatização e sucateamento desenfreado que praticamente todos os governos da América Latina tem imposto as suas academias. Outra experiência interessante é a Universidade das Mães da Praça de Maio na Argentina, com cursos que

não são reconhecidos ainda pelo Governo local, mas que são muito procurados pela concepção autônoma e transformadora que se propõem.

No Brasil temos experiências isoladas de disputa destas concepções. A Escola Florestan Fernandes do MST é um embrião de construção de conhecimento necessário a um movimento que se destaca pela organização dos camponeses na luta pela terra, na preocupação da produção racional de alimentos vindo dos conhecimentos da Agroecologia, e na luta contra o agronegócio, os transgênicos e pela livre produção das sementes.

As universidades convencionais também têm suas disputas internas, que não são, de forma alguma, menos importantes que as experiências construídas fora dela. Muito pelo contrário, devemos refletir profundamente sobre as estratégias de luta que devemos travar internamente. Desde projetos de pesquisa e extensão progressistas, ligados as necessidades mais sentidas dos movimentos sociais e populares (convênios com MST, movimentos urbanos, direitos humanos, alfabetização, etc), até a criação de cursos para a reforma agrária como na Federal de Goiás. É claro que são experiências raras e isoladas, mas que sem dúvida nenhuma nos impõe a condição de transformarmos em mais uma bandeira de luta e de disputa no movimento estudantil. Não lutaremos por mais verbas para a Universidade, sem apresentarmos o direcionamento necessário destas finalidades, que não as impostas pelos monopólios e latifúndios!

A inserção dos movimentos sociais e populares é outra de nossas tarefas. A organização de eventos dentro do espaço universitário que tragam as demandas, que apresentam aos olhos da “elite intelectual” os problemas reais de nossa sociedade é um caminho. Organização de Estágios de Vivência com movimentos populares são outros. Em Santa Catarina já colhemos vários frutos desta relação, como no exemplo das Jornadas pela Educação Pública realizadas em 2007 na UFSC, quando todas as atividades de discussão foram realizadas no Auditório da Reitoria, que no momento estava ocupada pelos estudantes contra o REUNI.

A Universidade, definitivamente, não está ligada com os problemas reais de nossa sociedade. Caso emblemático fora a sua ausência durante as enchentes que causaram várias mortes, desabrigados e estragos no Estado de SC no fim de 2008. No dia seguinte da declaração de calamidade pública em diversas cidades deste estado, a UFSC não só continuou suas atividades normais, como não organizou intervenções técnicas e de solidariedade com a comunidade do estado que a abriga. A atitude mais visível fora o “posto de recolhimento” de doativos, que qualquer boteco de Santa Catarina estava organizando. Propostas isoladas de projetos de intervenção de professores e estudantes foram rejeitadas pelos burocratas universitários e o saldo foi sua total inutilidade para a sociedade a qual deveria estar prestando seus conhecimentos técnicos, humanos e científicos.

Essa é a realidade de uma universidade que deverá ser disputada na concepção de outro projeto. Através das fissuras da universidade que temos hoje, romper com a velha lógica, e transformá-la em um espaço democrático, com participação paritária de seus integrantes e inserção da comunidade. É necessário unificar os movimentos isolados em um Movimento Universidade Popular, afim de que reivindique, busque inserção e construa, a partir de agora uma nova universidade. Através de suas fissuras, esse movimento deverá englobar setores da universidade ou não e contribuir para uma transformação radical de todas as relações de produção dessa sociedade arcaica.

A Universidade Popular não será construída apenas por uma reforma universitária, de um decreto, medida provisória ou qualquer outro instrumento puramente formal. Será sim, importante disputá-los, exigir que se aprove medidas que nos faça andar para frente, mas ao mesmo tempo criando condições subjetivas para que sejam postos em prática. Definitivamente, a universidade popular somente será implantada pelo MOVIMENTO REAL E DE LUTA, em que estudantes, trabalhadores, camponeses e demais setores

explorados de nossa sociedade se manifestem.

Exigimos, para tanto, que façamos da universidade um espaço de constante debate político. Que a “pintemos” com a cores que tanto fazem parte do nosso povo. Que sejamos intransigentes com qualquer medida de mercantilização e elitização da educação. Que implantemos o “radicalismo intelectual”, que derrubemos os muros que nos separam da sociedade e que quebrems a dependência externa cultural e científica que estamos acostumados. Dessa forma não só implantaremos uma “revolução” universitária, como combateremos, a reprodução, o tecnicismo e a ignorância que os dirigentes nos querem impor.

PROPOSTAS PARA QUE O MOVIMENTO ESTUDANTIL CONSTRUA A UNIVERSIDADE POPULAR:

- Em primeiro lugar é preciso que o movimento estudantil continue na luta pela educação pública e gratuita. Contra cobrança de mensalidades e cursos pagos nas públicas, reestatização das universidade fundacionais, rebaixamento de mensalidades e luta pela estatização das privadas.
- Democracia interna nos órgãos colegiados exigindo a paridade entre as categorias. Voto universal para escolha de dirigentes (Reitores, diretores de unidades, coordenadores de curso, etc).
- Inserção dos movimentos sociais e populares nos órgãos colegiados, sendo que representam muito mais a sociedade do que as entidades patronais.
- Mais verbas, investimentos e abertura de editais para projetos de pesquisa e extensão ligados as necessidades mais sentidas de nosso povo, com intermédio dos Movimentos Sociais e Populares.
- Respeito aos Fóruns de Criação de novas propostas sobre a Educação Brasileira, como o PNE de 1999, a proposta do ANDES para educação brasileira.
- Pela liberdade organização estudantil e sindical autonomos do Estado. Carta Sindical ao ANDES-AD, entidade representativa e de luta dos professores.
- Pela supressão da Lei de Inovação Tecnológica e das Fundações “Ditas” da Apoio. Recursos Públicos devem ser geridos com transparência e a inovação científica pertença apenas ao povo!
- Transferencia imediata dos estudantes beneficiados pelas bolsas integrais ou parciais (grande parte) do PROUNI, para as Universidade Públicas!
- Direitos Estudantis a todos: Bolsas de Permanência ligadas a área de estudo, Moradia Estudantil e Restaurantes Universitários. Acesso e Permanência a todos!!!!
- Processo de Avaliação construido por aqueles que mantém a universidade: Trabalhadores, estudantes, Movimentos Sociais e populares!
- Expansão de Vagas nas Universidades Públicas e Gratuitas: contra bacharelados em “coisa nenhuma”, salas lotadas e aprovação automática!
- Mais laboratórios de pesquisa, bolsas CNPQ e PIBIQ e recursos para projetos de relevancia social. Monopólios e Latifúndio que invistam nos seus projetos e deixem de sugar a universidade!
- Reestruturações curriculares feitas de forma democrática, com participação da sociedade!
- Contratação de Professores Dedicção Exclusiva (DE), e técnicos-administrativos para atender a demanda!

BANDEIRAS DE LUTA QUE O ME DEVE COMPOR:

- Integrar e fortalecer a campanha “O Petróleo tem que ser Nosso”

- Campanha em Defesa da Amazônia e das Comunidades Atingidas
- Contra criminalização dos Movimentos Sociais
- Direitos dos trabalhadores, pela redução da jornada de trabalho e extinção do fator previdenciário
- Reforma Agrária já
- Integrar e fortalecer a campanha “A Vale é nossa”
- Integrar e fortalecer a campanha “O Preço da Luz é um roubo”
- Solidariedade aos povos em luta: Contra o Bloqueio genocida à Cuba, liberdade ao povo palestino, solidariedade ao povo Colombiano e contra o Terrorismo de Estado do presidente Álvaro Uribe, contra o separatismo na Bolívia, pelo fim da Guerra do Iraque e pela retirada das tropas do Haiti.
- Pelo integração do Brasil à ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas – e seu fortalecimento.
- Liberdade a todos os presos políticos do imperialismo.